

----- **ATA N.º 3/2020** -----

-----Aos vinte e cinco dias, do mês de setembro, do ano de dois mil e vinte, pelas nove horas e trinta minutos, no Centro Cultural de Celorico da Beira, reuniu Ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Denise do Nascimento Fragona.-----

-----Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, secretariada pela Senhora Deputada Maria Antónia Melo e Sá Lucas da Silva e pelo Senhor Deputado, Augusto Miguel Almeida do Espírito Santo, na qualidade de primeira e segundo secretários, respetivamente, declarou aberta a sessão. -----

-----Começou por intervir a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** que, depois de cumprimentar todos os presentes, informou que, em virtude do pedido de renúncia de mandato da Senhora Deputada Ana Isabel Lopes Correia, com efeitos a partir do dia dezoito de junho de dois mil e vinte, nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PS, Senhor António Carlos Pires Diogo, para estar presente na sessão e nos termos da Lei assumir funções. -----

-----Depois de verificada a identidade e legitimidade do Senhor António Carlos Pires Diogo considerou-se o mesmo, sob juramento, empossado nas suas funções de Deputado Municipal.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu as boas vindas ao Senhor Deputado António Carlos Pires Diogo, desejando um trabalho profícuo no desempenho das suas funções. -----

-----Continuou dando conhecimento que a Senhora Deputada Ana Isabel Janelas, comunicou a sua ausência pelo período compreendido entre os dias vinte e três e vinte e oito de setembro, solicitando a sua substituição, por via correio eletrónico, datada de vinte e dois de setembro de dois mil e

vinte, com registo de entrada número cinquenta. Assim, nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PS, o Senhor António dos Santos a estar presente. -----

-----Mais informou que, o Senhor Presidente da União de Freguesias de Celorico da Beira (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego, José Rocha Gonçalves, se faz representar pela sua Tesoureira Paula Maria Alves da Cunha Ferreira, bem como, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão, André Diogo de Jesus Correia, se faz representar pelo seu Tesoureiro, Nelson Pina Soares. -----

-----**Efetuada a chamada compareceram a esta sessão os seguintes membros:** -----

-----António dos Santos; em substituição da Senhora Ana Isabel Lucas Cabral Janelas; -----

-----Joaquim Lopes de Abreu; -----

-----Olga Maria Pereira Marques; -----

-----Augusto Miguel Almeida do Espírito Santo; -----

-----Albino Freire Bárbara; -----

-----Maria Antónia Melo e Sá Lucas da Silva; -----

-----José António Rodrigues de Sousa; -----

-----Alexandra Raquel da Fonseca Monteiro; -----

-----José Manuel Monteiro Antunes; -----

-----António Carlos Pires Diogo; -----

-----Jónatas da Fonseca Farias Rodrigues; -----

-----Cláudia Maria Geraldês Aguiar; -----

-----Flávio Manuel Granjal de Sá; -----

-----Helena Susana Cardoso Belo; -----

-----Maria Angelina Veloso Marques Dias; -----

-----Joaquim de Almeida; -----

-----Armando Augusto, Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal; -----

-----Davide Lopes Pereira, Presidente da Junta de Freguesia da Carrapichana;-----
-----António Fernando de Jesus Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Casas do Soeiro;-----
-----João Paulo Pinheiro Machado, Presidente da Junta de Freguesia do Fornotelheiro; -----
-----Rui Filipe da Fonseca Ascensão, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego;-----
-----Luís Bernardo Pina Mimoso, Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira; -----
-----Nelson Pina Soares, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Maçal do Chão em representação do Senhor André Diogo de Jesus Correia;-----
-----António Joaquim Fernandes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela;-----
-----João Carlos Ferreira dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Prados; -----
-----Susana Maria Dias Cabral Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira;-----
-----Filipe Miguel Rosa Guerra, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares; -----
-----Rui Manuel Dias Bernardo, Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa;-----
-----António Carlos Nunes Gomes, Presidente da União de Freguesias de Cortiçô da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais; -----
-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da União de Freguesias de Rapa e Cadafaz;-----
-----Paula Maria Alves da Cunha Ferreira, Tesoureira da União de Freguesias de Celorico (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego em representação do Senhor José Rocha Gonçalves. -----

-----**Faltou a esta sessão e justificou a sua ausência, o seguinte membro:**-----

-----José Francisco Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal.-----

-----Estiveram presentes nesta sessão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel da Fonseca Ascensão e os Senhores Vereadores António Graça Silva e Júlio Manuel dos Santos.-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”, não tendo havido inscrições.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento dos assuntos e conclusões da Comissão Permanente, em que falaram de assuntos em geral e prepararam a presente Assembleia Municipal, nos termos do disposto no regimento.-----

-----Mencionou, ainda, que enquanto permanecer o estado de pandemia, a reunião da Comissão Permanente continuará a ser realizada no Salão Nobre dos Paços do Município.-----

-----Seguidamente passou a formalizar um voto de pesar, pelo falecimento da avó da Senhora Deputada Maria Antónia Lucas da Silva e mãe do Senhor Dr.º António Lucas da Silva, a Senhora Noémia dos Santos Lucas Correia.-----

-----Questionados os Senhores Deputados sobre a pretensão de intervir, foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal**, Armando Augusto, para dar conhecimento que o Protocolo celebrado entre o Município e as Juntas de Freguesia, aprovado na anterior Assembleia Municipal, não foi aprovado na Assembleia da sua Freguesia. --

-----Disse de seguida, pela informação a que teve acesso, que a Câmara Municipal de Pinhel atribuiu um apoio, no valor de vinte mil euros às suas Freguesias para gestão corrente, um valor superior ao atribuído pelo Município de Celorico da Beira e, mesmo assim, houve uma que não aceitou celebrar o protocolo.-----

-----Prosseguiu, solicitando aos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Minhocal e Maçal do Chão, bem como ao Senhor Presidente da Câmara que procedam ao corte dos pinheiros junto às casas das Senhoras Rosa Cuca, na estrada entre o Baraçal e Carnicães e Rosa Matias, para assim, evitar acidentes.-----

-----Continuou com a sua intervenção, para fazer menção ao turismo, que a seu ver, em Celorico da Beira o turismo é apenas uma miragem, admitindo que se a obra dos passadiços entre a Ponte do Ladrão e o Lagar Municipal fosse realizada seria uma mais-valia para o Concelho. Também teve conhecimento de que junto da açude há uma comporta que se fosse aberta de vez em quando, faria com que a água ficasse lisa, desse modo, com a melhoria do Rio Mondego, poderiam investir numas canoas ou nuns barcos a remos para despertar o interesse ao turismo.-----

-----Referiu-se também ao Lagar Municipal, em que o Município tem um Protocolo de colaboração e cooperação celebrado com o Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira que, na sua opinião, esse espaço deveria voltar a fazer parte do espólio Municipal, bem como, a requalificação dessa zona do rio, Praia dos Doutores, que seria uma achega a nível do turismo. Na sequência do Turismo, destacou ainda alguns pontos fundamentais do Concelho, nomeadamente os Castelos de Celorico da Beira e Linhares da

Beira, a Penha de Prados, onde era para ter sido construída uma escada para se conseguir chegar ao monte, a Serra da Rapa, onde detetaram um altar, que segundo reza a história, no tempo da guerra, era onde celebravam a missa nas horas de aflição. -----

-----Lembrou as palavras do Senhor Presidente da Câmara, quando no âmbito da Feira do Queijo referiu que no Concelho não havia uma ilha, mas havia uma aldeia com o nome de Açores, que porventura é muito bonita e nesse sentido, questionou se existe algum projeto para dinamizar aquela Freguesia. Acrescentou que, entre as Freguesias de Açores e Baraçal, duas antigas vilas, ficaria bem subir à serra de Maçal do Chão, que tem uma vista espetacular, parecida com a Penha de Prados. -----

-----Prosseguiu, referindo que, em tempos, ouviu o Senhor Vereador António Silva dizer publicamente que os Centros de Dia poderiam apoiar o turismo, no entanto, foram só palavras, mas havendo um protocolo entre as Freguesias Açores e Baraçal seria, talvez, uma oportunidade para que os Centros de Dia pudessem funcionar para esse efeito. -----

-----Ainda relativamente ao evento da Feira do Queijo, congratulou o Senhor Presidente da Câmara, louvou os funcionários do Município pelo seu desempenho, presença e simpatia no trabalho durante os dias da feira. Contudo, para ele não foi uma Feira do Queijo e sim um festival de música. Também, ouviu dizer que não houve queijo suficiente para a procura, a seu ver, os produtores já são tão poucos que o queijo não chega. Lembrou ainda que, na anterior sessão da Assembleia Municipal, foi comunicado que houve alguns apoios financeiros para a realização do referido evento e nesse sentido, gostaria que o Senhor Presidente explicasse qual o destino que deu a essas verbas. -----

-----Solicitou que, o Senhor Presidente explicasse a razão da nova rede elétrica que vai atravessar as Freguesias de Velosa, Baraçal, Fornotelheiro e Celorico, crendo que essa linha elétrica vai anular, em muito, os terrenos por onde vai passar. -----

-----Concluiu que lhe foi dito, que para o ensino pré-escolar oficial em Celorico da Beira, só entraram dez crianças e para o do Baraçal apenas cinco, o que quer dizer que daqui a dez anos, quando o Senhor Presidente deixar a Câmara e regressar ao ensino, não terá alunos para trabalhar. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou todos os presentes e em resposta às questões anteriormente expostas, começou por dizer que o Senhor Presidente de Junta falou em alguns assuntos com alguma pertinência em que a preocupação é comum, mas outros são extemporâneos, nomeadamente a Feira do Queijo, uma vez que, o balanço do evento já foi concluído. Adiantou, que a este propósito, espera que em breve possam estar a preparar o novo certame, dentro das medidas permitidas pela pandemia.-----

-----Disse ainda que, como é do conhecimento de todos, os produtores de queijo são uma classe envelhecida, o que suscita uma grande preocupação sabendo a grande dificuldade de renovação, embora, nos últimos tempos haja um ou outro caso de esperança por parte de pessoas mais jovens que vão aparecendo. Se bem que, ultimamente, tenham havido alguns subsídios, alguns apoios e algumas formas de procurar dinamizar o queijo, mas há barreiras, preconceitos e até mesmo estigmas históricos que dificultam que gente nova queira enveredar por essa atividade que, apesar de muito digna, é cheia de dificuldades e de muito trabalho. No entanto, ainda há quem tenha o retorno financeiro do trabalho dessa atividade, mas não é fácil, o que não significa que desistam de tentar para que a atividade se mantenha. Antigamente havia centenas de rebanhos no Concelho, agora existe uma grande redução, por força das circunstâncias e da evolução dos tempos. -----

-----Quanto ao facto do Protocolo das Juntas de Freguesias não ter sido aprovado em Assembleia de Freguesia, não tem nada a comentar, uma vez que o Município dá aquilo que pode. -----

-----No que concerne ao Turismo, que é uma questão relevante, atual e onde há muito a fazer, dado que continua a manter-se o potencial no que respeita ao património natural. No entanto, ainda que o Município tenha as suas obrigações, continua a defender que, o empreendedorismo privado, apoiado pela Câmara Municipal, será o caminho a fazer, visto que, há todo um conjunto de projetos que estão em marcha, mas que levam o seu tempo até que tenham início. No que toca aos passadiços, essa é uma modalidade que está na moda, contudo os Técnicos da Câmara estão a trabalhar em projetos que visam o Rio Mondego e não só, com o objetivo de também terem um aproveitamento turístico. Concretamente, o rio na Freguesia da Ratoeira é uma preocupação ambiental, e se tivesse tido uma drenagem das águas, o rio poderia ser melhorado. Ainda assim, nesse sentido, o Município está em articulação com a Junta de Freguesia da Ratoeira para a requalificação daquele espaço abrangendo as duas margens. -----

-----Sobre a questão do Lagar Municipal, como já foi referido, existe um protocolo estabelecido com a Escola Sacadura Cabral, para os alunos do curso de cozinha utilizarem aquele espaço, embora o façam esporadicamente. Adiantou, a este propósito, que neste momento estão à espera do visto do Tribunal de Contas para um projeto aprovado na CCDRC – Comissão Coordenadora de Desenvolvimento Regional do Centro, no sentido da Escola C+S ser intervencionada por setores e, nesse caso, já o espaço irá ter uma cozinha pedagógica. Neste contexto, o Lagar Municipal retorna à Câmara Municipal e poderá ser entregue à iniciativa privada. -----

-----Mais disse que, em relação às praias fluviais, neste momento Celorico da Beira não tem, nem pretende fazer nenhuma. -----

-----Na sequência do assunto relativamente ao turismo, disse que também há quem procure lugares com pouca densidade populacional e depois deparam-se com pouca oferta. Também a ligação pedonal entre o Lagar Municipal e a Praia dos Doutores já está a ser tratada, para que ali possa surgir um espaço diferente, porém, não havendo água no rio será difícil existirem projetos que sejam atrativos. -----

-----Mais disse que, as possibilidades de intervenção a nível de obras estão a melhorar devido à existência de candidaturas aprovadas, designadamente a das Piscinas Municipais e a da eficiência energética. Considerando, na sua opinião, que as Piscinas Municipais são um incremento fundamental para as escolas, para os idosos e para a população em geral, deu conhecimento de que as mesmas já estão adjudicadas, assim como a requalificação das Casas de acesso ao Castelo de Celorico da Beira, que irão ter um espaço museológico.-----

-----Retomando o assunto da Feira do Queijo, que já ocorreu praticamente há um ano, referiu que de facto houve alguns apoios, mas porque o Município os procurou não hipotecando, nem corrompendo em nada a Câmara Municipal, porque só trabalham de forma honesta. Disse que, todas as intervenções que são feitas pela EDP Renováveis ou pela EDP Distribuição ou por parte de qualquer outra empresa é sempre dentro da conjuntura do empreendedorismo, dos investimentos e das prioridades dessas mesmas empresas. O que o Município pode e tenta fazer é aproveitar a oportunidade de nos eventos da região pedir-lhes ajuda e uma das empresas que, de facto, contribuiu com um subsídio de dez mil euros para a Feira do Queijo foi a EDP Renováveis. Da mesma forma que, também houve um apoio por parte das empresas Edibeiras, Bernardo Marques e outras que também contribuíram para a realização do evento. ---

-----Sobre a subestação elétrica do Baraçal, de facto a EDP Renováveis deu entrada de um projeto na Câmara. Dentro das energias renováveis, o que está em voga são os painéis solares e se os donos dos terrenos tiverem interesse de vender ou arrendar, isso poderá dar-lhes um retorno financeiro, portanto, não há nenhum negócio por parte do Município, o que podem fazer é ajudar a agilizar os processos.-----

-----Para terminar, disse que o Concelho tem um património natural fantástico, bem como um património histórico e cultural. Informou que começavam, neste mesmo dia, as Jornadas Europeias do Património 2020 de forma a divulgar o que de bom há em Celorico da Beira.-----

-----Relativamente à Feira do Queijo, o Senhor **Deputado Albino Bárbara** disse que jamais, por parte da oposição, na Assembleia Municipal, se pôs em causa a honra do Senhor Presidente da Câmara. O que foi dito foi que se o Partido Socialista fosse poder, o evento teria sido realizado em moldes diferentes, com outro tipo de intervenção e outro tipo de contas. Reconhecem no Senhor Presidente da Câmara honestidade, quer intelectual, quer na gerência da Autarquia. Ainda assim, à semelhança do que já foi referido, é de interesse que se concretize um debate alusivo ao Queijo da Serra e que se tente saber quais os subsídios de apoio, a fim de o Município apoiar tecnicamente os produtores, para que o Queijo da Serra tenha reconhecimento. Note-se que, o facto de Celorico da Beira ter milhares de visitantes de todos os cantos do país, isso também é uma forma de Turismo. -----

-----Posto isto, fez uma resenha dos assuntos tratados na Assembleia Intermunicipal - CIMBSE, realizada no dia vinte e nove de junho, na cidade da Covilhã, começando por referir que no Período Antes da Ordem do Dia foi abordada a questão das portagens, das acessibilidades e no que toca ao Concelho de Celorico da Beira, fez questão de voltar a participar a situação da estrada N16 Celorico/Fornos de Algodres. Nesse sentido, questionou o Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal se o Governo tem previsto algum apoio para a reparação da mesma. -----

-----Relativamente às acessibilidades, levantou a questão da linha férrea da Beira Baixa que está praticamente concluída, com a possibilidade do comboio Intercidades passar a sair da Guarda pela Linha da Beira Baixa, deixando assim, de passar em Celorico da Beira. Nesse seguimento, a questão que se lhe coloca é que nada lhe garante que futuramente o Intercidades seja suprimido da Linha da Beira Alta e apenas mantenham o comboio Regional. Na sua opinião, estas são questões pertinentes a serem colocadas ao Governo. Para além destes assuntos, houve um voto de

repúdio sobre o incidente ocorrido em julho, na central nuclear de Almaraz, uma vez que o Governo espanhol continua a apostar na energia nuclear. ---

-----Continuou a sua intervenção, fazendo menção à Candidatura da “Guarda, Capital Europeia da Cultura”, referindo que, provavelmente, o Concelho de Celorico da Beira, seria o primeiro a ser beneficiado devido à sua proximidade. Contudo, entristece-o que a Guarda nada esteja a fazer nesse sentido, no entanto, se todos estivessem envolvidos, tanto a nível de Câmaras Municipais, como a sociedade civil, teriam um pólo de desenvolvimento e uma área de turismo que poderia ir bem mais longe. -----

-----Sobre este assunto, leu o texto que a seguir se transcreve. -----

-----“Aprovamos aqui nesta Assembleia Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela em 19 de abril de 2018 uma moção, por unanimidade, de apoio à candidatura da Guarda Capital Europeia da Cultura 2027. -----

-----Passados dois anos é com visível preocupação que consideramos este projeto, que tinha pernas para andar e deveria ser estruturante, não só para a Guarda mas para toda a nossa região, um completo desencanto porque para além de nomeações de Comissões e a inauguração de uma sede há duas semanas, não estão envolvidas associações culturais, comunicação social, empresas, sindicatos e organizações diversas da sociedade civil. -----

-----A agenda de programação não é conhecida e a pergunta coloca-se: Alguém aqui dos municípios da nossa área de intervenção conhece algum projeto, tem alguma informação ou sabe se por acaso alguma coisa está a ser feita? -----

-----Sabemos apenas que foram nomeadas as tais duas Comissões onde o diretor executivo na sua brilhante apresentação teve a belíssima ideia de afirmar que o elo de ligação entre as 17 cidades envolvidas (algumas que se saiba ainda são vilas) deveria ser a construção de uma ciclovia. Estão por acaso a ver uma ciclovia a ligar o concelho de Seia ao da Covilhã. Esse senhor, com a conivência do poder autárquico Guardense aufere 7.000 euros (120.000 + Iva) até ao final da candidatura avance ela ou não. -----

-----Eu sei que é uma prestação de serviço mas é pago com dinheiro de todos nós e perplexo vejo que o atual diretor executivo da Guarda, candidata a capital europeia da cultura, ganha mais que o Presidente da Câmara, que um Deputado, que um Ministro, que o Primeiro-Ministro e, pasme-se, que o Presidente da República. Para além disso a pouquíssima coisa que ainda sabemos são dalgumas adjudicações e prestações de serviço num valor que ascende já aos 400.000 euros. -----

-----Necessitamos assim de uma explicação urgente, de um plano estratégico, de uma programação em rede. -----

-----Todos os 17 municípios apoiantes deste projeto devem exigir respostas, pois consideramos que esta candidatura poderá ser uma mais-valia para toda a nossa região afirmando-a no contexto regional, nacional, europeu e até mundial. -----

-----A Guarda merece ser capital europeia da cultura e nós merecemos sentir que este projeto onde nos envolvemos tem alma, tem coração para vencer. -----

-----Caso contrário não passa de um *fait-divers* leviano sobrando depois as inevitáveis leituras e a obrigação de assumir todas as responsabilidades por parte dos seus diretos intervenientes. -----

-----Este não é seguramente o caminho. Estamos já com muito pouco tempo para inverter o sentido de marcha. Oxalá que esta e outras chamadas de atenção que têm acontecido resultem em algo mais, pois se assim não for, a nossa posição neste órgão resumiu-se, apenas e tão só, a uma mera perda de tempo.” -----

-----Prosseguiu, dando conhecimento de que foi enviado um *email* a convidar todos os Municípios que apoiaram o projeto “Guarda Capital Europeia da Cultura” para que elaborassem uma programação cultural até ao dia trinta e um de agosto, para ser integrada numa agenda a ser apresentada em outubro. -----

-----Por fim, questionou ainda se o Senhor Presidente da Câmara reuniu, ou se alguém conhece, o Senhor Diretor Executivo do projeto “Guarda

Capital Europeia da Cultura”, o Dr. Pedro Gadanha. Todos os Municípios foram levados a apoiar a Candidatura “Guarda Capital da Cultura”, mas no entanto, ainda não têm nenhuma resposta, quando na verdade, em termos regionais existe uma riqueza tanto a nível de património, como de gastronomia, bem como de percursos paleolíticos e medievais até à idade moderna. -----

-----Para concluir, pretendeu saber se o Senhor Presidente da Câmara sabe o local da apresentação da agenda cultural. -----

-----Começando pelas últimas questões do Senhor Deputado, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** manifestou que também ele partilha das mesmas preocupações, relativamente ao processo da Candidatura “Guarda Capital Europeia da Cultura”. Salientou, ainda que, de facto, pessoalmente desconhece o Dr. Pedro Gadanha. -----

-----No que concerne ao evento da Feira do Queijo, por mais e melhor que se faça, há sempre situações que podem melhorar. Acrescentou que, quando se fala em Queijo da Serra, este conceito alarga-se a vários Distritos, lembrando também para o facto de que continua a haver, desde há alguns anos para cá, um apoio financeiro, técnico e entre outros aos produtores de queijo, bem como aos agricultores. No entanto, acredita que este assunto seja motivo de preocupação, uma vez que os pequenos produtores vão desaparecendo. -----

-----A respeito das portagens e do turismo, essas são questões que também o preocupam. Assim, na sua opinião poderiam reivindicar a abolição das portagens, ainda que de forma gradual, até mesmo por uma questão de justiça, dado que não têm a oferta de transportes, nem o apoio ao nível dos passes que Lisboa tem. -----

-----De seguida e no que respeita aos transportes escolares, deu conhecimento de que estão com grandes problemas a nível da CIMBSE- Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela e sobre essa evidência, as Câmaras Municipais, este ano, vão pagar às empresas de

transporte mais do dobro do montante que pagavam em anos anteriores. Acrescentou, também, que relativamente aos grandes centros urbanos, o interior é muito mal tratado. Haveria mais justiça se o Governo reduzisse os impostos para que as empresas se pudessem fixar na nossa região. -----

-----Sobre a EN16, adiantou que a Senhora Ministra Ana Abrunhosa, aquando da sua visita na Feira do Queijo, prometeu uma intervenção nessa via, contudo, sabem que esse feito não está nas suas competências. Nessa estrada também têm passado os camiões no transporte da brita para a intervenção que está a ser efetuada na Linha férrea da Beira Alta e as Infraestruturas de Portugal-IP dizem que irão assumir alguns custos com a sua reparação, pois o Município não pode aceitar toda a responsabilidade em relação a este assunto, uma vez que a IP também tem responsabilidade na degradação da referida estrada. -----

-----Por fim disse que, relativamente à ferrovia, na sua opinião jamais a Linha da Beira Baixa substitui a Linha da Beira Alta, aquilo que espera é que a Linha da Beira Alta seja também uma alternativa. -----

-----Dada a palavra ao Senhor **Deputado Joaquim Abreu** começou por dizer que, o assunto da Feira do Queijo já foi discutido na sessão da Assembleia Municipal de junho e foi reconhecidamente um evento de grande necessidade para a Vila. O Senhor Deputado Albino Bárbara referiu que poderia ter sido diferente, mas na verdade, neste mandato, também já se conseguiu fazer diferente, embora haja sempre outras ideias e melhorias a fazer. Em relação à pastorícia e à produção de Queijo da Serra, concorda que o assunto deva ser debatido. Adiantou que, há uns meses atrás foi lançado pela INOVCLUSTER - Associação do Cluster Agroindustrial do Centro um curso para pastores e queijeiros, o que pode ser um incentivo, mas também pode não resultar. -----

-----Em termos de debates, citou o Geopark que promoveu em Celorico da Beira, em parceria com a Câmara Municipal, um colóquio à volta do

território e das suas potencialidades, e esta ação foi amplamente promovida, pois esses debates também têm de ser participados.-----

-----Em relação à Linha da Beira Baixa é de opinião que não irá substituir a Linha da Beira Alta, até porque o projeto da Linha da Beira Baixa é de velocidade reduzida e está mais vocacionada para o transporte de mercadorias. -----

-----De seguida, tomando outro assunto, questionou o Senhor Presidente da Câmara, no sentido de saber se as infraestruturas da Clínica de Hemodiálise já estão concluídas e se os Celoricensenses podem contar ou não, com a Clínica.-----

-----Sobre o debate na Assembleia Municipal de junho, acerca dos apoios protocolados com as Juntas de Freguesia, sempre defendeu que a Câmara devia transferir competências para as Juntas. Na sua opinião, este foi um primeiro passo, um passo importante em que *a posteriori* poderão ser melhorados, contudo, pessoalmente, fica desgostoso quando constata que há Freguesias que não aceitaram essas transferências de verbas. Assim, solicitou que para o próximo ano reconsiderassem para que sejam aceites. -

-----Por fim, enalteceu o bom trabalho que os Senhores Deputados Albino Bárbara e Miguel Espírito Santo têm feito na CIMBSE. -----

-----Relativamente à Clínica de Hemodiálise, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que apesar dos contratemplos, a esperança é a última a morrer. Nesse sentido, comunicou que o projeto de arquitetura já deu entrada nos serviços da Câmara e assim têm dado andamento ao projeto, contudo, as especialidades, que são da competência da Fundação Renal Portuguesa, ainda não foram submetidas. Assim, acrescentou que, dado que da parte da Autarquia estão cumpridas todas as condições acordadas, na semana anterior conversou telefonicamente com o Presidente da Fundação Renal Portuguesa, José Guillade, em que o questionou relativamente ao ponto de situação da Clínica, tendo em consideração que numa Assembleia Municipal do ano transato, deu a

informação de que as obras iriam começar no segundo semestre do corrente ano. De seguida, informou os presentes que o Senhor José Guillade encontrava-se muito indignado com o Ministério da Saúde, alegando ter sido acusado de enganar o povo de Celorico da Beira, por não constar nenhuma referência à construção de uma clínica neste Concelho. Por esse ponto de vista, disse que pretendia colocar uma ação contra terceiros, afirmando que a construção da Clínica faz parte do calendário, mas estão dependentes da sua aprovação por parte do Ministério da Saúde, para depois poderem recorrer ao respetivo financiamento. -----

-----Por último, deu conhecimento que, na última reunião de Executivo, esteve presente o Senhor Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Celorico da Beira, Frederico Sena, para dar conhecimento da aquisição do imóvel, denominado “Armazém Sena” para a recolha de algumas viaturas que se encontram na rua. Nesse sentido, informou os presentes que a Câmara sempre se disponibilizou na cedência de um terreno, para construção de um edifício com esse destino, mas não foi essa a decisão tomada.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA DEZANOVE DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE**-----

-----Foi presente a ata número dois, do ano dois mil e vinte, referente à sessão ordinária do dia dezanove, do mês de junho, do ano de dois mil e vinte, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura e depois de feitas as devidas correções, foi a mesma aprovada por maioria, com quatro abstenções.**-----

-----**2. RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA**-----

-----O Senhor **Deputado Augusto Miguel Almeida do Espírito Santo**, segundo secretário da mesa da Assembleia, deu conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata (1), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, que se encontra na secção de apoio aos órgãos municipais, para quem pretenda consultar. -----

-----**3. INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da atividade do Executivo, documento cuja cópia se anexa a esta ata (2), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----**4. ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA COM A EMPRESA "ÁGUAS DO VALE DO TEJO S.A."**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade, aprovada em reunião de Executivo, realizada no dia dois de setembro de dois mil e vinte, referindo que, no seguimento do informado pela "Águas do Vale do Tejo S.A.", através de *e-mail* datado de 20/07/2020, onde é comunicado ao Município que não foi possível proceder à cessão de créditos prevista no acordo de regularização de dívida (ARD) celebrado em 29/03/2019, nos termos do Decreto-Lei n.º 5/2019 de 14 de janeiro, por falta de fundamentação legal para o efeito, tendo em conta a situação de excesso de endividamento do Município. -----

-----Mais informa o Técnico que, o acordo celebrado a 29/03/2019 previa a cessão dos créditos previstos no acordo e caso essa mesma não fosse possível, o acordo revertia o prazo para cinco anos em vez dos vinte cinco.

-----No entanto, é igualmente comunicado que o Orçamento de Estado para 2020, conjugado com o artigo 6.º da Lei n.º 4-B/2020 de 6 de abril, já prevê a possibilidade de celebração de ARD's aos Municípios com excesso de endividamento, mediante despacho governamental.-----

-----Para tal, é necessário a celebração de um novo ARD, que contém essencialmente as mesmas condições do acordo anterior, cujas minutas e respetivos anexos deverão ser aprovados em reunião de Executivo e Assembleia Municipal.-----

-----Face ao exposto, e tendo em consideração o montante da dívida em causa (533.085,64€) e as condições prevista no ARD (pagamento em vinte cinco anos com juros comerciais de 2,257% que poderão ser significativamente reduzidos após a cedência ao BEI, bem como a eliminação de 30% dos juros em dívida), propõe-se que o Executivo aprove a Minuta de ARD a celebrar em 2020; Minuta de Contrato de Penhor; Minuta do Contrato de Cessão; Minuta de Carta a remeter ao IGCP nos termos do nº 3, da cláusula 3ª; Minuta de notificação a remeter conjuntamente pela empresa e pelo BEI ao Município dando conhecimento da cessão dos créditos, documento cuja cópia se anexa a esta ata (3), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que sobre o assunto em epígrafe clarificou que o Acordo de Regularização da Dívida às Águas do Vale do Tejo S.A. já tinha sido alvo de aprovação numa Assembleia Municipal. Disse que, este assunto diz respeito às prestações que não foram pagas à empresa nos últimos meses do anterior Executivo e que posteriormente, com a acumulação dos juros ficou uma dívida

aproximadamente de seiscentos mil euros. No entanto, na anterior aprovação, a Lei não contemplava os Municípios em excesso de endividamento, fazendo com que o prazo fosse mais curto para o pagamento da dívida. Entretanto, houve uma alteração através de uma Portaria em que já estão incluídos todos os Municípios, mesmo aqueles que se encontram em excesso de endividamento, daí a necessidade de se fazer um novo acordo, passando a dívida a ser diluída em vinte e cinco anos. Mais disse que, a deliberação deste ponto requer urgência e daí esta Assembleia Municipal ter sido agendada para a parte da manhã. -----

-----Relativamente à hora da realização da presente sessão, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** reforçou as palavras do Senhor Presidente da Câmara clarificando que se deve ao facto deste assunto ter prazos a cumprir e para ter sido realizada na semana anterior, já não cumpria o prazo para a saída da convocatória. -----

-----Na sequência deste assunto, o Senhor **Deputado Albino Bárbara** tomou a palavra para dizer que não foi só o Município de Celorico da Beira que não pagou a dívida às Águas do Zêzere e Côa, atuais Águas do Vale do Tejo S.A., foram todos os Concelhos que fizeram acordos, sendo que, o Concelho da Guarda não fez nenhum acordo e diz que não vai pagar. Quanto ao Acordo realizado pelo Município de Celorico da Beira, na sua opinião, tem um prazo extremamente longo, que vai hipotecando um pouco o Município. Mesmo assim, a bancada do PS compreende a situação e não irá obstaculizar o presente acordo. -----

-----Na sequência da anterior intervenção, o Senhor **Deputado Joaquim Abreu** pediu a palavra para dizer que não concorda com o Senhor Deputado Albino Barbara quando diz que o Município vai ficando hipotecado, porque com este acordo, está-se a resolver o problema da

dívida. Portanto, aí devem ponderar e ver quem hipotecou o Município e não quem está a resolver o problema da hipoteca.-----

-----Retomando a palavra, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** fez menção às palavras do Senhor Deputado Albino Barbara, considerando que existe alguma confusão e nesse sentido, clarificou que este acordo, nada tem a ver com a dívida a longo prazo às Águas do Zêzere e Côa, essa já foi liquidada, pagou-se cerca de três milhões de euros. O presente acordo refere-se à dívida que ficou dos últimos anos do anterior mandato. Aquilo que se vai fazer, não é hipotecar o futuro do Município, antes pelo contrário, vai-se desipotocar e pagar-se a dívida em vinte e cinco anos e não vai penalizar tanto quanto julga a Câmara Municipal. Comunicou ainda que, os Municípios da Guarda e do Fundão ainda não chegaram a um acordo, por terem um valor de dívida elevado. Mais disse que, só não houve um acordo global, porque houve uma solidariedade entre Municípios.-----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte votos a favor e onze abstenções, aprovar o ARD - Acordo de Regularização de Dívida com a Empresa “Águas do Vale do Tejo S.A” com as seguintes minutas:-----**

-----**Minuta de ARD a celebrar em 2020; -----**

-----**Minuta de Contrato de Penhor;-----**

-----**Minuta do Contrato de Cessão; -----**

-----**Minuta de Contrato de abertura de conta e constituição de depósito de caução, junto do IGCP; -----**

-----**Minuta de carta a remeter ao IGCP nos termos do n.º 3, da cláusula 3ª; -----**

-----**Minuta de notificação a remeter conjuntamente pela empresa e pelo BEI ao Município dando conhecimento da cessão dos créditos.-----**

-----Mais deliberou, aprovar esta deliberação em minuta. -----

-----**5. NOMEAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS/AUDITOR EXTERNO** -----

-----Foi presente informação interna, aprovada em reunião de Executivo, realizada no dia dois de setembro de dois mil e vinte, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião (4), relativa à nomeação do Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo. -----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a nomeação da empresa “Fonseca, Paiva, Carvalho & Associados SROC, Lda.”, para prestar serviços de Auditor Externo, no Município de Celorico da Beira, por um período de três anos.** -----

-----Mais deliberou, aprovar esta deliberação em minuta. -----

-----**6. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DE IMI PARA 2020**-----

-----Sobre o assunto em epígrafe, foi presente uma proposta, documento cuja cópia se anexa a esta ata (5), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão, informando que, na reunião do Executivo, realizada no dia dezasseis de setembro de dois mil e vinte, foi deliberado propor à Assembleia Municipal que se aplicasse, nos termos do art.º 112.º, do CIMI, uma taxa de 0,8% para prédios rústicos e de 0,4% para prédios urbanos, para o ano de 2020.-

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal** que, abrangendo todas as propostas das Taxas Municipais, agendas para a presente sessão, fez uma apresentação sintética referindo que, dentro de uma questão de coerência,

as propostas vão todas no sentido da manutenção das taxas, uma vez que pelo facto de estarem em Saneamento Financeiro não lhes é dada autonomia nem financeira, nem a nível de recursos humanos. Assim, consideram justo não haver diminuição das receitas, para que também possam dar resposta às obras que têm candidatadas e às quais têm de responder com algumas dezenas de milhares de euros, porque não são financiadas a cem por cento. Neste momento, a situação financeira melhorou substancialmente comparativamente com o ano passado, o que permite fazer algumas intervenções. Apesar da esperança de a curto prazo poderem sair do excesso de endividamento do Saneamento Financeiro, a dívida permanece e têm de continuar a pagá-la. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Técnico Responsável pela Secção de Contabilidade, José Tavares, para fazer a apresentação destas propostas, bem como, prestar esclarecimentos se assim fosse necessário. -----

-----O Técnico começou por dizer que relativamente às Taxas e numa perspetiva técnica, o seu parecer sempre foi no sentido da manutenção. Qualquer alteração que haja, nomeadamente a nível de IRS só se vai refletir no Orçamento de Estado para o ano de dois mil e vinte e dois. O objetivo é o Município sair do excesso de endividamento do Saneamento Financeiro no início do próximo ano e, sendo assim, o mais razoável será a manutenção das Taxas. -----

-----Questionados os Senhores Deputados sobre a pretensão de intervir, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Albino Bárbara** que referiu que quando um candidato ganha o lugar da Câmara Municipal, também herda os ativos e os passivos. -----

-----Relativamente ao assunto em questão, enquanto oposição têm a sua própria coerência, e para o ano que vem, tendo em conta que é ano de eleições, com toda a certeza que as taxas irão ser reduzidas. -----

-----Quanto às taxas de IMI e de IRS que em dois mil e dezassete foram reduzidas de 0,5% para 0,4%, verificam mais uma vez, que a proposta apresentada este ano pelo PS para uma nova redução, de 0,4% para 0,3%, teria sido possível. Assim, da análise daquilo que lhes é apresentado admitem que as propostas apresentadas pela Câmara deveriam ser recusadas, tendo em conta que não foi necessário proceder ao processo de ajustamento financeiro do Município, mormente o FAM, que condicionava a liberdade da fixação das várias taxas e impostos por constituírem a receita municipal. Bem como, o alívio fiscal que se iniciou no ano de dois mil e dezassete demonstrou claramente ser um apoio direto a várias famílias proprietárias de imóveis criando desta forma, uma folga na economia familiar. -----

-----Mais disse que, é propósito do PS propor a aplicação da Taxa de IMI Familiar, taxa que já é aplicada em muitos Municípios do País. No que concerne a redução da Taxa da Derrama, que se encontra em 1,50%, a proposta do PS iria no sentido de baixar para 1,25%, dando assim, um alívio ao tecido empresarial do Concelho.-----

-----Pedindo para intervir, o Senhor **Deputado Joaquim Abreu** fez a observação de que o assunto das Taxas tem vindo a ser debatido ao longo dos anos, sendo certo que o interesse de todos é a redução, contudo, a tendência, tanto a nível nacional como internacional, será de criar mais impostos atendendo à situação pandémica que se vive no momento. -----

-----Continuou a sua intervenção dizendo que dado que, este ano o Município ainda se encontra em situação de Saneamento Financeiro, tem de haver alguma coerência, uma vez que a dívida tem de ser paga. No entanto, se para o próximo ano saírem do excesso de endividamento do Saneamento Financeiro, poderá haver condições para baixarem as taxas,

correndo, mesmo assim, o risco de ser chamado um ato eleitoralista, contudo será mera coincidência. -----

-----Retomando a palavra, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que para ser um ato eleitoralista, as taxas deveriam ser alteradas este ano para terem impacto para o ano. Continuou, dizendo que devido às consequências da pandemia do Covid-19, a economia está a entrar em colapso, não sabendo ainda a sua evolução e nesse sentido, a Câmara já aprovou uma série de medidas de apoio local, tanto para o comércio como para as IPSS. Naturalmente, terão de estar prevenidos para o que possa aparecer, porque infelizmente, a situação pandémica vai-se prolongar por mais algum tempo e a tendência é para o aumento de custos, não sabendo se para o próximo ano há condições para baixar impostos, pois a prioridade tem de ser a saúde pública, as pessoas e a defesa da vida. -----

-----Relativamente a este assunto, a Senhora **Deputada Maria Antónia da Silva** proferiu o seguinte provérbio “Quem ganha três e gasta quatro não precisa de bolsa ou de saco”, o que significa que todos estes anos houve uma tendência em termos económicos para o despesismo. Acerca da questão da COVID, ninguém sabe o que se aproxima e, os impostos sendo a contribuição de todos, o desejável é que sejam usados na intervenção social e não para usos eleitoralistas. -----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor, quatro abstenções e onze votos contra, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.** -----

-----Mais deliberou, aprovar esta deliberação em minuta. -----

-----**7. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DE DERRAMA PARA 2021-**

-----Relativamente ao assunto em epígrafe foi presente uma proposta da Câmara Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata (6), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão, informando de que, na reunião do Executivo, realizada no dia dezasseis de setembro de dois mil e vinte, foi deliberado propor à Assembleia Municipal, o lançamento de 1,5% de derrama, para o ano de 2021. -----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor, quatro abstenções e onze votos contra, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.** -----

-----Mais deliberou, aprovar esta deliberação em minuta. -----

-----**8. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA 2021**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma proposta da Câmara Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata (7), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão, informando de que, na reunião do Executivo, realizada no dia dezasseis de setembro de dois mil e vinte, foi deliberado propor à Assembleia Municipal, a aplicação, nos termos da Lei n.º 5/2004, de 10/2, a taxa percentual de 0,25%, para o ano de 2021. -----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com trinta e um votos a favor e uma abstenção, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.** -----

-----Mais deliberou, aprovar esta deliberação em minuta. -----

-----**9. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS PARA 2021**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma proposta, aprovada em reunião da Câmara Municipal, realizada no dia dezasseis de setembro de dois mil e vinte, para fixação em 4% da Taxa de Participação Variável de IRS para 2021, apresentada pelo Senhor Presidente, documento cuja cópia se anexa a esta ata (8), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor, quatro abstenções e onze votos contra, aprovar a participação variável de IRS para o ano económico de 2021, conforme proposto pela Câmara Municipal.**-----

-----Mais deliberou, aprovar esta deliberação em minuta.-----

-----**10. APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE REMOÇÃO E RECOLHA DE VEÍCULOS ABANDONADOS NO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Foi presente informação, remetendo para aprovação após discussão pública, o Projeto de Regulamento identificado em epígrafe, documento cuja cópia se anexa a esta ata (9), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. Informa ainda, que durante o processo de apreciação/consulta pública não houve registo de qualquer sugestão ou reclamação.-----

-----Face ao assunto exposto, o Senhor **Deputado José Manuel Monteiro Antunes** considera este regulamento tardio, embora não o tenha aprofundado. Contudo, acrescentou que não conhecendo muito bem os trâmites seguidos na elaboração da sua redação é de opinião que este

regulamento deveria ter passado por um revisor de português e em simultâneo por um jurista. Nesse sentido, presume que este é um documento que não está em condições de ser publicado em Diário da República, dado conter alguns erros de português e de jurisprudência, bem como algumas palavras descontextualizadas. Propôs, então, que o regulamento em causa fosse revisto a nível de redação e de pontuação. ----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** prometeu diligenciar no sentido de que haja uma maior atenção na redação e nalguma palavra que esteja desajustada ao texto. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** pretendeu saber se o Senhor Presidente da Câmara é do entendimento de que se deve retirar este assunto da Ordem de Trabalhos, por forma a ser revisto.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que não vê inconveniente na sua aprovação. Se houver concordância por parte da Assembleia Municipal, a Câmara, em conformidade com as palavras do Senhor Deputado José Manuel Antunes, compromete-se a que o protocolo seja revisto quanto à sua redação. No entanto, deixa o assunto à consideração da Senhora Presidente da Mesa e da Assembleia Municipal. -

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** é de opinião que não se deve aprovar um assunto sujeito a alteração. -----

-----Nessa sequência, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** propôs a retirada deste Regulamento da Ordem do Dia, por forma a ser retificado para futura aprovação em reunião de Câmara e posteriormente ser presente à Assembleia Municipal. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com trinta e um votos a favor e uma abstenção, retirar da Ordem de Trabalhos o Projeto de Regulamento Municipal de Remoção e Recolha de Veículos Abandonados no Concelho de Celorico da Beira, de forma a ser analisada a sua redação escrita.-----

-----Mais deliberou, aprovar esta deliberação em minuta. -----

-----11. **APROVAÇÃO DA MOÇÃO PELA SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DAS PORTAGENS A23 E A25, PROPOSTA PELA PLATAFORMA P'LA REPOSIÇÃO DAS SCUTS A23 E A25** -----

-----Foi presente ofício datado de sete de julho de dois mil e vinte, pela Plataforma P'la Reposição das SCUTs na A23 e na A25, dando conhecimento que, no âmbito da discussão do orçamento de Estado para 2020, apresentou uma proposta ao Governo em que, tornando claro que não abdica da sua posição de princípio quanto à necessidade de abolir as portagens nas Ex. SCTUs, avançou com uma solução faseada, que se traduz em três pontos concretos: -----

-----1) Abolição para os residentes; -----

-----2) Redução de 50% do valor para os demais veículos; -----

-----3) Abolição definitiva, até ao fim da presente legislatura.-----

-----Entretanto foram tornadas públicas notícias que nos davam conta de que o Governo, em reunião do Conselho de Ministros realizado em Bragança, dedicada a questões do desenvolvimento do Interior, tinha a intenção de avançar com o modelo de descontos por quantidade, tendo esta proposta merecido o nosso total desacordo, documento cuja cópia se anexa a esta ata (10), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** explicou que foi remetido para a Assembleia Municipal, pela Plataforma P'la Reposição das SCUTS A23 e A25, uma moção que reclama do Governo a suspensão e progressiva abolição das portagens das antigas SCUTS A23 e A25. Para o reforço da posição desta Plataforma é importante o apoio desta Assembleia Municipal.-----

-----Relativamente a este assunto, o Senhor **Deputado Albino Bárbara** referiu que no que concerne à região do interior, ficaram algumas questões referentes à ferrovia por esclarecer. Assim, apontou, que a seu ver o Governo pretende é fazer com que o comboio intercity passe a circular pela Linha da Beira Baixa e os comboios de mercadorias passem a circular pela Linha da Beira Alta.-----

-----Prosseguiu, dizendo que a supressão de pagamento de portagens nas rodovias A23 e A25 deveria ser gradual até à sua abolição, até porque os territórios de baixa densidade têm de fazer uma luta constante e estas duas vias terrestres, que não são autoestradas, são as antigas SCUT's já estão pagas por dinheiros comunitários.-----

-----Concluiu dizendo que, a Senhora Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, deve cumprir com a sua palavra, quando disse que as portagens da A23 e da A25 dentro de um ou dois anos seriam abolidas.-----

-----Pedindo para intervir, o Senhor **Deputado Joaquim Abreu** referiu que as portagens são mais um imposto que o interior dispensa, e nesse sentido têm-se registado opiniões unânimes relativamente à falta de apoios para a região do interior. Em termos de atuação do Governo, a Ministra Ana Abrunhosa deve estar desagrada, uma vez que o mapa que define as taxas com descontos, a que teve acesso, exhibe reduções nas taxas das portagens da A25, entre Aveiro e Viseu, na A23 entre Covilhã e Castelo Branco, o mesmo não acontece da Guarda a Vilar Formoso, assim como

da Covilhã à Guarda. Isto, a ser verdade é muito mau. Nesse sentido, o seu voto será favorável a esta proposta. -----

-----Quanto à linha férrea, relativamente ao intercidades, o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal**, Armando Augusto, quis dizer que já há cinco anos o Senhor Presidente do Conselho de Administração, Manuel Frasquilho dizia que um autocarro de Mangualde até à Guarda resolvia o assunto, exceto à sexta-feira, pois se repararem esse é o único dia, durante a semana, que as carruagens não passam praticamente vazias. Acontece que neste momento, está a fazer-se um levantamento da via-férrea da Beira Alta e, caso seja alterada, a estação de comboios de Celorico da Beira terá de ser deslocada. De seguida, recordou que já na altura em que o Senhor Vereador Júlio Santos era Presidente da Câmara Municipal houve intenção de fecharem a estação de Celorico da Beira. -----

-----A dúvida que lhe subsiste é efetivamente se um autocarro resolve o problema de Mangualde até à Guarda. -----

-----No uso da palavra, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** comunicou que, as obras na linha férrea já começaram sendo que o investimento na Linha da Beira Alta é de milhões de euros, e qualquer centralidade possível para o Concelho é sempre satisfatória. -----

-----Sobre as portagens disse, também ser de opinião, que há um incumprimento por parte do Governo, tanto para o desagrado dos Autarcas e dos munícipes, como para o desagrado da Senhora Ministra Ana Abrunhosa. -----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a moção apresentada pela Plataforma P'la Reposição das SCUTS A23 e A25, que reclama do Governo a**

suspensão do pagamento das portagens e o início do processo da sua abolição definitiva, a concretizar no decorrer da atual legislatura.--

-----Mais deliberou, aprovar esta deliberação em minuta. -----

-----**12. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS (ANAM) - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTA DE ADESÃO A ESTA ASSOCIAÇÃO DE DIREITO PRIVADO** -----

-----Foi presente proposta da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, após aprovação em reunião de Executivo, realizada no dia um de julho de dois mil e vinte, para apreciação e votação da adesão definitiva do Município de Celorico da Beira à Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), bem como designar como representante do Município na ANAM, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata (11), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** esclareceu que, este assunto tem sido recorrente nas últimas Assembleias Municipais, tendo sido aprovada uma recomendação à Câmara Municipal que, por sua vez, aprovou a adesão à ANAM e que agora vem a esta sessão para aprovação definitiva à referida Associação. -----

-----A Senhora **Deputada Maria Antónia da Silva** deu conhecimento que a Associação em causa, para além de prestar apoio a outras associações, também presta apoio jurídico, cuja quota, no caso de Celorico da Beira, é no montante de mil euros anuais. -----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a adesão do Município à ANAM, com uma quota anual de mil euros.**-----

-----Mais deliberou, aprovar esta deliberação em minuta. -----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, eram treze horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -----

